

ELÍSIO ESTANQUE

JOSÉ MANUEL MENDES

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Análise de classes e mobilidade social em Portugal: Um breve balanço crítico

173

No presente texto são sumariamente recensadas as principais publicações da produção sociológica portuguesa centrada nas teorias das classes e da mobilidade social. Começa-se por rever, de forma necessariamente resumida, os principais contributos elaborados a partir da década de setenta, referindo-se o seu significado analítico e algumas conclusões mais relevantes. Em seguida, apresenta-se a inovação conceptual trazida pelas novas tipologias e estudos

vindos a lume mais recentemente e tecem-se alguns comentários – explicando-se uma ou outra perplexidade –, quer quanto à tipologia que tem dominado a análise das classes em Portugal, quer quanto à interpretação dos resultados em alguns dos estudos sobre mobilidade social. Em jeito de conclusão, indicam-se algumas lacunas da investigação neste campo, numa tentativa de situar possíveis caminhos a seguir.

De acordo com diversos indicadores e resultados estatísticos compilados num período recente (Reis, 1994; Barreto, 1996), a sociedade portuguesa tem vindo a revelar nas últimas décadas um assinalável conjunto de transformações no domínio socio-económico e cultural, que apontam no sentido da modernização do país e da «abertura» das suas estruturas mais obsoletas, no quadro de um processo de institucionalização democrática hoje bastante solidificado. Sem pretender pôr em causa a justeza de alguns diagnósticos mais optimistas que tais resultados permitiram – à parte certos entusiasmos excessivos, por vezes de simples pendor impressionista, acerca da evolução dos costumes em Portugal –, esta breve reflexão constitui uma tentativa de reequacionar o contributo dos estudos sobre as classes e a mobilidade social na interpretação de tais mudanças. Procurando discutir a pertinência dos trabalhos mais relevantes neste campo – ainda que de forma necessariamente incompleta e não aprofundada –, concluiremos o artigo enunciando algumas dúvi-

1. Introdução

das suscitadas pela releitura desses trabalhos quanto às novas tendências de mudança na sociedade portuguesa.

2. Primeiras abordagens em torno das classes e da estratificação em Portugal

Como se sabe, alguns dos primeiros estudos efectuados por portugueses e sobre Portugal na área da sociologia situaram-se no âmbito da temática das classes e da estratificação. Foi esse o caso das pesquisas levadas a cabo sob influência de Adérito Sedas Nunes¹ (Nunes, 1968a, 1968b; Nunes e Miranda, 1969; Guerra e Nunes, 1969; J. C. F. Almeida, 1970) e também do ensaio de Hermínio Martins, *Classe 'Status' e Poder*, de 1971, recentemente traduzido para português (Martins, 1998). Se bem que teoricamente situados no paradigma da estratificação social, as referidas análises dirigidas por Sedas Nunes – centradas na situação do ensino universitário e na recomposição da população activa portuguesa² – forneceram importantes diagnósticos críticos acerca do panorama de atraso da sociedade portuguesa da época. A natureza elitista da universidade portuguesa ficou claramente demonstrada, apresentando-se a composição das origens de classe dos estudantes sob a forma de uma nítida inversão da pirâmide estratificacional (Nunes, 1968a), situação que está em flagrante contraste com o ínfimo peso das camadas superior e média da população activa, um cenário interpretado como reflexo evidente do fraco desenvolvimento económico do país e dos poderosos mecanismos do modelo autocrático e coercivo então vigente, destinado a garantir a segurança e reprodução das «classes dominantes» (Nunes e Miranda, 1969). Apesar de apoiadas nas tipologias hierárquicas tradicionais do sistema de estratificação – camada superior, camada média, camada inferior-alta e camada inferior-baixa – estas abordagens não deixaram de acolher no seu referencial de conceitos alguma influência marxista³, apoiando-se nela para enriquecer as suas interpretações. Referências de

¹ Considerado um pioneiro e uma personalidade marcante na institucionalização da sociologia no nosso país, Adérito Sedas Nunes, foi também fundador do Gabinete de Investigação Social (actual ICS) e da revista *Análise Social* (criada em 1963), tendo sido seu director desde 1973 até pouco antes da morte, em 1991.

² Os autores utilizaram sobretudo os dados do X Recenseamento da População (1960) e do Inquérito CODES (Cooperativa de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico) à «situação e opinião do universitário» e respeitante ao ano lectivo de 1963/64, levantamento que foi encomendado pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica (Nunes, 1968: 298). Para os procedimentos metodológicos, consultar Miranda (1969).

³ De resto, a influência marxista no quadro conceptual de Sedas Nunes

idêntico sentido são igualmente detectáveis nos textos de José Carlos Ferreira de Almeida (1970) e de Hermínio Martins (1998 [1971]), o primeiro num registo mais conceptual⁴ e o segundo mais compreensivo e devedor da perspectiva de Weber acerca das classes e dos grupos de *status*, enquanto fenómenos associados ao poder⁵.

Não obstante a situação embrionária da sociologia portuguesa neste período e as condições específicas da sua emergência no nosso país, estas abordagens representaram passos significativos para o conhecimento sociológico da estrutura social portuguesa. No plano teórico, revelaram-se mais devedoras das correntes francesa e britânica (esta, no caso de Martins), mostrando-se alheadas do estrutural-funcio-

pode ser detectada noutras publicações suas deste período, de que é exemplo o texto «clássico» (no contexto português) *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais* (1971). Além da obra de Marx e Engels, autores como L. Goldman, N. Poulantzas, D. Vidal, M. Foucault, L. Althusser, P. Berger, K. Mannheim, C. Lévi-Strauss, P. Bourdieu, M. Castells, são referências que se repetem nesse trabalho.

⁴ O esforço de conceptualização presente neste texto orienta-se na mesma direcção das análises posteriores da estratificação, tendo contribuído para abrir o campo analítico dos estudos de mobilidade, em particular pela atenção que deu à importância das *trajetórias* sociais e pessoais – as noções de «expectativa de mobilidade», «socialização antecipadora» e «grupo de referência», por exemplo –, bem como ao significado dos efeitos simbólicos dos movimentos («ascendentes» ou «descendentes») dos agentes, sugerindo que «os dados referentes à *situação efectiva* sejam acompanhados de elementos respeitantes ao *sentido* atribuído a essa situação» (Almeida, 1970: 21), uma linha de análise a que os estudos conduzidos por João Ferreira de Almeida e a sua equipa viriam mais tarde a dar continuidade (Almeida, 1981, 1984 e 1986; Almeida *et al.*, 1988, 1990 e 1994; Machado *et al.*, 1989; Costa *et al.*, 1990). A estas últimas análises faremos referência na parte final do presente artigo.

⁵ Em Hermínio Martins é de assinalar o modo como recorre ao pensamento weberiano – nomeadamente a classe e o grupo de *status* – para discutir a situação portuguesa nos anos sessenta, nomeadamente os problemas da coesão e do conflito no quadro de uma sociedade, considerada culturalmente homogénea e submetida a uma «ditadura classista» por oposição às «ditaduras de aparelho», segundo a distinção sugerida por S. Andeski (Martins, 1998: 103). Procurando esboçar (dada a escassez e as limitações das fontes estatísticas) algumas diferenças regionais da estrutura da população e do sistema educativo, Martins sublinha o papel das instituições militares e da lógica selectiva do ensino como principais fontes de cooptação de uma elite política identificada com a «classe alta» e compreendendo segmentos como: latifundiários; escalões superiores das forças armadas, da função pública e da universidade; o episcopado católico e os quadros superiores das profissões liberais (Martins, 1998: 10). As tendências para a litoralização da sociedade que outros estudos desenvolveram (Freitas, 1973; Freitas *et al.*, 1976; Ferrão, 1982), a par do fraco peso e da concentração dos estratos de classe média, são claramente identificadas pelo autor: o «dualismo» que caracteriza a sociedade portuguesa, com o Portugal «moderno» – da população urbana e mais escolarizada, dos trabalhadores especializados e das profissões liberais do Centro e do Norte – «contido numa estreita faixa do litoral ocidental [...], [uma tendência que] tende a persistir no tempo e mesmo a aumentar numa primeira fase de industrialização» (Martins, 1998: 115).

nalismo americano. A influência francófona continuou, aliás, a ser marcante nas análises de classes inspiradas no modelo marxista – Althusser e Poulantzas, sobretudo – que começaram a aparecer na revista *Análise Social* ainda no período marcelista (Freitas, 1973; Sousa e Freitas, 1973)⁶, e que tiveram a sua continuidade no pós-25 de Abril (Freitas, *et al.*, 1976⁷; Marques e Bairrada, 1982⁸).

O significado mais interessante destas primeiras análises

⁶ Os autores basearam-se no quadro teórico de Nicos Poulantzas, sobretudo na distinção entre trabalho produtivo e não-produtivo, para a determinação da classe operária e utilizaram os Recenseamentos da População de 1940, 1950 e 1960. Esta pesquisa comprovou o crescimento global da população activa operária (resultado do processo de industrialização iniciado nos anos cinquenta) e uma acentuada polarização geográfica dessa classe, com um pólo no «Norte» (distritos de Aveiro, Porto e Braga) e outro no «Centro» (referente a Lisboa e Setúbal), reflexo do processo de industrialização do país. A análise concelhia revelou que 80% dos concelhos possuíam características quase inteiramente agrícolas e rurais. Detectaram-se ainda transformações acentuadas nas situações de classe, nomeadamente uma polarização das relações sociais com a consolidação da burguesia e do operariado. O empolamento da pequena burguesia (isolados ou independentes) seria um aspecto transitório da consolidação do modo de produção capitalista. A nível distrital, chama-se a atenção para o crescimento dos trabalhadores não produtivos no sector dos serviços (que os autores designam por pequena burguesia «moderna») em Lisboa.

⁷ No estudo sobre as modalidades de penetração do capitalismo na agricultura, utiliza-se um quadro teórico fortemente apoiado em Marx – em particular quanto à análise histórica da transição para o modo de produção capitalista e às relações capital/trabalho no que se refere à *submissão real e formal* do segundo em relação ao primeiro –, mas também em autores como Pierre-Philippe Ray, sobre a teoria das alianças de classe. Os autores concluem por uma expansão geral do modo de produção capitalista de 1950 a 1970, embora com grandes variações regionais, sobretudo através da chamada submissão formal da pequena produção mercantil (agricultura familiar). Como classes e fracções de classe específicas do sector agrícola, identificaram as seguintes: proprietários fundiários absentistas e empresários capitalistas (burguesia agrária); cam-pesinato; semiproletariado e proletariado rural.

⁸ No estudo de Marques e Bairrada, partiu-se da definição de classe de Lenine, mas recorrendo a elementos de Wright (1979) e Poulantzas (1975). Os autores utilizaram como critérios primários para a definição das classes a relação salarial, a propriedade económica e o papel na organização social do trabalho e, como critérios secundários, a distinção trabalho produtivo/trabalho improdutivo e ramo de actividade. Definiram as seguintes classes: burguesia (distribuída pelas fracções agrária; industrial; comercial; outras fracções); classe trabalhadora (proletariado, que inclui as sub-fracções de proletariado rural e classe operária; trabalhadores improdutivos); nova classe média; pequena burguesia (campepinato; artesãos; pequena burguesia comercial; outras fracções). Os resultados mostraram a redução do peso demográfico da burguesia ao longo deste período (8% em 1950, 6,2% em 1960 e 3% em 1970); a estabilização da classe trabalhadora na ordem dos 73% (mas com uma descida acentuada da fracção do proletariado rural, de 30% para 16,5% em 1970, e uma subida da classe operária, de 23,1% para 34,1% em 1970); uma ligeira subida da pequena burguesia (20,5% para 23%); e, finalmente, regista-se a nova classe média com valores irrisórios, embora tenha aumentado em termos relativos (0,6% em 1950 e 1960, para 1,3% em 1970) (Marques e Bairrada, 1982: 1292). A especificidade da tipologia deste estudo

deve-se principalmente ao carácter inovador dos resultados empíricos a que chegaram, para além de terem inaugurado a análise de classes nas ciências sociais portuguesas. Na verdade, as abordagens classistas de inspiração marxista sempre se mostraram mais profícuas quando aplicadas a contextos concretos (comunidades ou regiões localizadas) ou quando, em diálogo com outros quadros de referência teórica, conseguiram ultrapassar o estruturalismo metateórico⁹ em que essa corrente esteve envolvida durante um largo período de tempo. As pesquisas de João Ferrão (1982, 1985 e 1990), por exemplo, apesar de apoiadas numa tipologia simples inspirada em Poulantzas (1975)¹⁰, aliam ao enquadramento estrutural outras preocupações quanto à diversidade territorial e às diferentes lógicas de implantação industrial, dando visibilidade a importantes dimensões da recomposição social ocorrida no país, tais como a estruturação diferencial da economia portuguesa e as especificidades regionais da estrutura de classes, confirmando as tendências já assinaladas de concentração urbana e de litoralização (cujos efeitos mais notórios dizem respeito ao sector terciário e às fracções de classe da «nova pequena burguesia» a ele vinculadas)¹¹.

177

impede que ela seja comparável com outras investigações. A sua maior vantagem é, talvez, apresentar a evolução da estrutura de classes por fracções. Contudo, a exagerada acentuação da distinção trabalho produtivo/ trabalho improdutivo reduz a «nova classe média» a uma expressão ainda mais insignificante do que ela efectivamente possuía nesta altura (compare-se com os valores sobre o mesmo período referidos por João Ferrão, 1982).

⁹ Mesmo reconhecendo a importância dos contributos teóricos de pensadores como Althusser e Balibar (Althusser *et al.* 1970; Althusser, 1975 e 1976), Poulantzas (1971, 1974), Carchedi (1977), Lukács (1971), Miliband (1969) e Wright (1979), a classe permaneceu ao longo da década de setenta «um conceito essencialmente contestado», reproduzindo as contradições entre as diversas correntes marxistas. Como reconhece Erik Olin Wright ao justificar a necessidade de novos avanços conceptuais orientados para a pesquisa empírica, durante esse período, «ou a cuidadosa investigação empírica efectuada não era directamente orientada para abordagens alternativas da análise de classes ou se desencadearam debates especulativos e abstractos cujos resultados serviam para ilustrar selectivamente os vários argumentos e não para avaliar especificamente as diferentes alternativas» (Wright, 1998: 7).

¹⁰ Burguesia, Nova Pequena Burguesia I, Nova Pequena Burguesia II, Pequena Burguesia Tradicional, Campesinato, Proletariado Industrial e Proletariado Agrícola. O artigo de 1990, apesar de abordar os mesmos processos sociais, fixa-se na nomenclatura das categorias profissionais.

¹¹ Como grandes tendências verifica-se a quebra das classes e fracções de classe ligadas à agricultura (diminuição dos patrões e do proletariado agrícola e aumento do campesinato, este intimamente ligado à pluriactividade e ao plurirrendimento); evolução equilibrada das classes ligadas à indústria; aumento significativo das fracções ligadas ao sector terciário (sobretudo a nova

3. Novos desenvolvimentos teóricos e novos programas de pesquisa

Para além das conceptualizações que presidiram às pesquisas mencionadas, pode dizer-se que a produção teórica mais significativa no campo das classes sociais e da estratificação surgiu em Portugal já no início da década de oitenta. Neste contexto, ocupa papel de destaque a equipa ligada à cadeira dedicada a essa temática, incluída no curso de sociologia do ISCTE e dirigida por João Ferreira de Almeida (integrando ainda António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado). O esforço de clarificação e operacionalização conceptual a que estes autores procederam deu lugar a uma tipologia própria – inspirada nos modelos de Poulantzas (1975), Wright (1979 e 1985) e Bourdieu (1979) –, tornando-se um contributo fundamental para o avanço da pesquisa sobre a sociedade portuguesa em torno destas questões (Almeida, 1981, 1984, 1986; Almeida *et al.*, 1988, 1990 e 1994; Costa, 1987; Costa *et al.*, 1990; Machado *et al.*, 1989)¹².

Na raiz deste programa de pesquisa estiveram, como é bom de ver, as formulações teóricas de Ferreira de Almeida

pequena burguesia nas suas duas fracções, e isto pelo aumento da complexidade e segmentação do processo de trabalho, pelo processo de urbanização e pelo reforço da intervenção do Estado) e sua forte feminização. No plano territorial, há que referir a acentuação da urbanização e da litoralização do país. Esta abordagem é de certo modo complementada pela efectuada por Jorge Gaspar, onde se analisa, em paralelo à estrutura social, a população e o povoamento do território, a mobilidade geográfica, a estrutura da população activa e as condições de vida, assinalando o autor algumas das tendências verificadas ao longo da última década (Gaspar, 1987).

¹² Também a nível teórico, refira-se ainda o texto de Juan Mozzicafreddo (1981), que compara e discute as propostas de Poulantzas e Erik Wright, concluindo pela maior solidez e capacidade analítica do quadro teórico de Poulantzas, embora sem deixar de reconhecer o mérito de Wright ao avançar com o conceito de *lugares contraditórios de classe*. Ao reflectir em torno da noção de ideologia e da sua ligação ao conceito de *determinação estrutural das classes*, o autor não deixa de questionar algumas das ambiguidades subjacentes ao pensamento poulantziano. É o que acontece, por exemplo, quando se interroga sobre se as vertentes ideológica e política continuam ou não a ser concebidas como instâncias secundárias onde se projecta o económico, mas que a ele permanecem subordinadas, já que a *relativa autonomia* de níveis em Poulantzas aponta para a determinação «final» do económico. A partir dessa reflexão, Mozzicafreddo sustenta que as estruturas e práticas políticas e ideológicas podem ser pensadas como dimensões sociais do comportamento humano, não situadas «de fora» das bases que as determinam, mas – enquanto elementos do social (incluindo o económico) –, participando nas estruturas de «determinação» e, ao mesmo tempo, tomando parte da sua constituição e transformação (Mozzicafreddo, 1981: 40-41). Refira-se também uma publicação mais recente que dá bastante atenção às temáticas das classes e da mobilidade social, muito embora se trate de uma obra de síntese e divulgação, o livro de J. M. Carvalho Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, J. Carlos Graça e Rafael Marques, principalmente os capítulos 11, 12 e 13 (Ferreira *et al.*, 1995).

desenvolvidas no quadro da sua tese de doutoramento (Almeida, 1981 e 1986)¹³. Esta investigação – *As classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do Noroeste* – é bastante multifacetada e envolve uma pluralidade de instrumentos teóricos e metodológicos, sendo notório o esforço do autor no sentido de sair do «colete estruturalista», bem como os interessantes diálogos que estabelece com conceptualizações oriundas da estratificação social, nomeadamente em torno do conceito de mobilidade social¹⁴. A abertura teórica que resulta dessa orientação irá marcar os modelos de análise das classes e da mobilidade social, como se verá mais adiante. Empiricamente circunscrito a uma freguesia do Norte do país (Fonte Arcada, no concelho de Penafiel)¹⁵, este estudo foi, a diversos títulos, extremamente inovador: representou um salto qualitativo nos estudos acerca das classes sociais; articulou e complementou de forma consistente diferentes metodologias (quantitativas e qualitativas, como a análise estatística e documental, o inquérito e a observação participante), correntes teóricas e aproximações analíticas díspares (classes, estratificação, perspectivas demográfica, histórica, monográfica); combinou uma visão marxista com as dimensões culturalista, discursiva e simbólica das práticas sociais em contexto comunitário¹⁶.

¹³ O estudo foi concluído em 1982 para efeitos de doutoramento, mas só foi publicado em livro em 1986; alguns textos a ele ligados vieram, no entanto, a lume anteriormente (entre outros, Almeida, 1981).

¹⁴ A preocupação com estabelecer conexões e complementaridades entre ambas as tradições pode observar-se em passos como este: «Se a mobilidade social pode, de facto, ser entendida como um conjunto de fluxos colectivos, de distribuições e de redistribuições dos agentes sociais pelos lugares de classe, ela deve igualmente ser pensada como uma dimensão das trajectórias sociais das classes, das fracções, dos grupos. O conceito de trajectória social permite, com efeito, analisar simultaneamente o processo de transformação histórica dos lugares e dos agentes que os ocupam (e desocupam)» (Almeida, 1986: 86).

¹⁵ A pesquisa centra-se na análise das migrações pendulares da força de trabalho aí residente, mas a trabalhar no Grande Porto, e nos efeitos dessa dupla vinculação sobre a estrutura de classes. O trabalho de recolha foi efectuado conjuntamente com José Madureira Pinto, mas as análises de cada um foram desenvolvidas autonomamente (cf. Pinto, 1985).

¹⁶ Ainda no que respeita à reflexão teórica do mesmo autor, cabe referir o texto sobre estratificação social (Almeida, 1984). Nele se procede, por um lado, ao recenseamento e reflexão crítica da sociologia funcionalista (Parsons, Merton, Tumin, Barber, Davis e Moore) e à sua confrontação com algumas abordagens weberianas mais atentas às questões do poder (Wesolowski, Stavenhagen, Bendix e Lipset, Lenski, Wright Mills, além de Veblen e do próprio Weber), procurando-se, por outro lado, discutir o problema da articulação entre a elaboração conceptual e a pesquisa empírica, nomeadamente a desenvolvida pela sociologia americana no pós-guerra. A noção de «função», bem como certos contributos de autores funcionalistas, não são rejeitados *de per se*, mas antes

No que toca à construção da tipologia da estrutura de classes formulada por Ferreira de Almeida, as inspirações mais influentes são, como atrás dissemos, as propostas teóricas de Erik Wright (1979) (propriedade económica, qualificações profissionais, recursos organizacionais, lugares contraditórios de classe) e de Pierre Bourdieu (1979) (volume e composição do capital, *habitus* e trajectórias de classe), apoiando-se ainda em alguns conceitos da teoria da estratificação (grupo de referência, privação relativa, inconsistência de *status*) (Almeida, 1981, 1984, 1986). Um ponto fundamental desta proposta é a recomendação de que os estudos das classes sociais devem tomar como unidade básica de análise o grupo doméstico, já que se trata de uma instância condensadora e organizadora de um conjunto de práticas, representações e expectativas sociais¹⁷ diferenciadas e diferenciadoras, ou seja, a atenção dedicada ao papel da família traduz a ênfase que o autor coloca nos conceitos de *trajectória* e de *habitus*¹⁸.

Foi esse o ponto de partida para a elaboração posterior de uma matriz mais refinada e aplicável a espaços sociais mais vastos (Almeida, Costa e Machado, 1988 e 1990). Os novos esforços de aperfeiçoamento conceptual da matriz de análise das classes surgem no quadro de novos programas de pesquisa e na sequência da crescente complexificação do quadro teórico em que se movem estes autores¹⁹. A tipologia

criticados pela ênfase idealista e individualista que muitas vezes transportam (sobretudo a corrente parsoniana), procurando o autor encontrar elos de conexão entre os elementos «objectivos» e «subjectivos», bem como entre elementos «estruturais» e «individuais», tendo enfatizado a importância da dimensão simbólica e da subjectividade dos actores para compreender as suas práticas sociais.

¹⁷ Por exemplo a metáfora da *escada rolante*, que vai descendo enquanto os actores sobem os seus degraus, ajusta-se bem à ideia de que as «ilusões» (incluindo a de subida na «escada» da mobilidade social) têm um significado concreto na *praxis* social, mas, ao mesmo tempo, pode ajudar-nos a pensar como os efeitos da mudança estrutural na sociedade, ao padronizar certas posições de maior desejeabilidade social na hierarquia do *status*, escondem, simultaneamente, os seus processos de desvalorização relativa, visto que a escassez e a selectividade no acesso a elas – e aos recursos materiais e simbólicos que elas disponibilizam – é uma condição para a sua distinção.

¹⁸ A tipologia que utiliza na análise das classes sociais nos campos é a seguinte: famílias burguesas; famílias proletárias (proletariado agrícola e industrial); famílias pequeno-burguesas (pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia); famílias camponesas; famílias de campeonato parcial; e categoria residual. Este foi também o modelo utilizado noutras análises da estrutura de classes e sua dinâmica em espaços rurais (Pinto, 1985; Lourenço, 1991).

¹⁹ Vale a pena referir também o interessante trabalho de reflexão teórica em torno das teorias marxistas das classes sociais elaborado por Firmino da Costa (1987). Além de um vasto leque de questões nele abordadas, o autor

então proposta (nos finais da década passada) baseia-se no cruzamento entre grupos de categorias socioprofissionais e situação na profissão (variáveis primárias principais), fazendo igualmente uso de critérios como a escolaridade, a posição hierárquica, dimensão da empresa e ramo de actividade (variáveis primárias secundárias) (Almeida *et al.*, 1988: 14-17). Daqui resulta um modelo com *três classes* (burguesia, pequena burguesia e operariado) e *treze fracções de classe*, que se distinguem da seguinte forma: burguesia (burguesia industrial e proprietária; burguesia dirigente e profissional); pequena burguesia (pequena burguesia técnica e de enquadramento, pequena burguesia de execução, pequena burguesia proprietária e campesinato, campesinato parcial, pequena burguesia assalariada e proprietária, pequena burguesia parcial); operariado (operariado industrial, operariado agrícola, operariado parcial, operariado industrial e agrícola)²⁰. Além da caracterização da origem social dos estudantes universitários, foi possível verificar a relação entre as origens de classe (fracções de classe) e as identificações e orientações dos estudantes (Machado *et al.*, 1989), assim como as trajetórias de classe, e representações da sua situação actual e futura, e ainda as redes de sociabilidade (Costa *et al.*, 1990). Tal como no primeiro modelo de Ferreira de Almeida, também neste caso se faz a distinção das posições das mulheres na constituição dos lugares de classe dos grupos domésticos²¹.

Um dos problemas desta tipologia deve-se ao facto de

procura identificar algumas linhas de aproximação entre o conceito de exploração de Roemer e a teoria da justiça de Rawls, num sentido que aponta para o desenvolvimento de uma *sociologia da injustiça*. O realce colocado neste artigo na estreita relação entre classes / exploração / justiça social / transformação histórica põe em evidência reflexões de grande actualidade incluídas na teoria neomarxista das classes – mas bastante arredadas da reflexão sociológica no nosso país –, inclusivamente as que mais abertamente se revestem de significado político, como acontece, por exemplo, com a questão das alternativas de organização social ao capitalismo, um campo que continua a suscitar vivos debates, muitos deles liderados por autores referenciados no artigo de António Firmino da Costa (veja-se, por exemplo, Elster e Moene, 1989; Wright, 1996; Wright *et al.*, 1992; Roemer, 1994). Cabe ainda sublinhar, a este propósito, que as análises mais recentes em torno da mobilidade ou das classes sociais ganhariam em força explicativa e capacidade crítica se absorvessem de forma mais explícita algumas das linhas de reflexão e análise enunciadas no texto de Firmino da Costa e noutros já referidos de Ferreira de Almeida.

²⁰ O modelo tem vindo a ser testado no âmbito do «Observatório Permanente sobre a Juventude Universitária Portuguesa» (veja-se o primeiro texto produzido nesse âmbito, onde a referida tipologia é apresentada, Almeida, *et al.*, 1988).

²¹ Esta abordagem foi também utilizada no projecto sobre as «Classes médias urbanas em Portugal» (Almeida *et al.*, 1994), utilizando neste caso uma tipologia de cinco categorias de classe – resultantes de agregações da matriz

ficar demasiado dependente das categorias profissionais formais, ou seja, ao apoiar-se primordialmente em dados oficiais – profissão e situação na profissão –, torna-se impossível captar os efectivos recursos de autoridade e a real influência que os indivíduos detêm no espaço das relações laborais. Apesar de a nomenclatura das profissões se apoiar na desigualdade de recursos, o vasto leque de situações abrangidas (os conjuntos de categorias distribuem-se, *grasso modo*, pelos níveis dirigente/empresarial, empregados executivos e trabalhadores manuais) por cada grupo de profissões não permite visualizar os verdadeiros obstáculos sociais que separam esses conjuntos – e que podem estruturar diversos segmentos de classe que lhes são transversais –, isto é, aqueles tipos de recursos que uns possuem e outros não e que, por esse motivo, estruturam as *relações entre classes* na base da sua interdependência (leia-se, relações de poder, de propriedade, de exploração). Por outro lado, o pressuposto do desnivelamento hierárquico entre categorias não é suficiente para captar classes, principalmente num sentido marxista. Como mostra mais uma vez Erik Olin Wright na sua obra *Class Counts* (1997), a análise de classes neomarxista pode incorporar dimensões weberianas, desde que a vertente das oportunidades de mercado e expectativas de vida (controlo diferencial sobre rendimentos) não perca de vista a vertente dos constrangimentos na esfera da produção (controlo diferencial sobre o esforço produtivo), pois, só com a articulação entre esses dois campos de relações estruturadas se pode ampliar o âmbito de análise ao mercado sem com isso se perder a centralidade do conceito de exploração (Wright, 1997: 30-37). Sendo assim – e se considerássemos estritamente os critérios de operacionalização da referida tipologia –, faria, aparentemente, mais sentido conceber aquela abordagem como um modelo de análise da estrutura de *status* do que da estrutura de classes. Há que notar, todavia, que os equipamentos conceptuais e a perspectiva adoptada na análise a orientam claramente para o quadro teórico das classes, além do mais acrescentando-lhe ingredientes enriquecedores, como já apontámos.

atrás referida: empresários e dirigentes; profissionais técnicos e de enquadramento; trabalhadores independentes e camponeses; empregados executantes; operários e assalariados agrícolas – a fim de observar os fluxos de mobilidade social, questão que a seguir será abordada. A recolha de informação apoiou-se numa amostra de 2.000 pessoas residentes em centros urbanos com mais de 10.000 habitantes. A mesma tipologia foi também utilizada no projecto «As Culturas Políticas em Portugal» (Heimer, *et al.*, 1990).

Assinale-se, para encerrar este ponto, que o estudo por nós desenvolvido sobre as classes sociais em Portugal, apoiado no modelo de Wright (Estanque e Mendes, 1998; Estanque, 1997), não obstante algumas dificuldades operacionais que também levantou, dá visibilidade a situações de classe concebidas directamente a partir dos recursos efectivos dos indivíduos (propriedade dos meios de produção/compra ou venda de força de trabalho; recursos educacionais; e recursos organizacionais/autoridade na esfera laboral) e daí, o facto – do nosso ponto de vista bastante pertinente – de, por exemplo, muitas das posições de classe que, segundo o modelo de análise a que nos vimos reportando, são incluídas na fracção da «pequena burguesia de execução» (para dar apenas este exemplo flagrante) aparecerem no nosso estudo a integrar a categoria dos «proletários»: uma localização de classe que representa 46,5% da população activa, enquanto, na referida tipologia, o «operariado» ocupa um peso de 29% (Almeida *et al.*, 1994: 326). É que, para nós, o modelo de Wright, apesar das suas limitações, presta-se mais a uma análise das clivagens e fragmentações classistas que têm vindo a ocorrer nas sociedades actuais (incluindo a portuguesa), na medida em que consegue captar as «velhas» e as «novas» situações de subordinação (e de exploração) na esfera laboral, sem se ater à tradicional demarcação entre o operariado e as restantes categorias assalariadas. Num panorama em que, como sabemos, lado a lado com a expansão do ensino se assiste ao alastrar das situações de precarização, flexibilização e segmentação do emprego a todos os níveis, não basta possuir um diploma para se ocupar um lugar na «classe média». É preciso que o mesmo tenha algum alcance no respectivo emprego (ou, se quiséssemos usar a velha expressão de Marx, hoje tão esquecida, no lugar que se ocupa nas *relações sociais de produção*), isto é, retomando Wright uma vez mais, um taxista licenciado continua a ser um taxista. Do mesmo modo, mas em sentido inverso, poder-se-á então questionar se situações como a de um contínuo, um porteiro ou um empregado de escritório – sem propriedade, sem recursos educacionais e sem qualquer poder organizacional – não estarão mais próximas da categoria proletária do que da pequena burguesia²².

²² Subjacente a esta questão, existe toda uma discussão teórica que, obviamente, não é possível aprofundar aqui. Desde as velhas discussões entre Poulantzas e Wright em torno dos critérios do «trabalho produtivo»/«trabalho

4. Mobilidade social, trajectórias e diferença sexual

Na sua fundamentada revisitação das teorias da mobilidade social, Sérgio Grácio (1997) demonstrou a pertinência dos estudos ligados a esta corrente teórica para a compreensão das dinâmicas sociais e da própria estrutura social. Em diversas comunidades científicas, sobretudo de base anglo-saxónica²³, a questão da mobilidade social e da sua relação com a estratificação e a estrutura de classes foi guiada por permanentes actualizações e deu origem a vários debates e publicações. No caso de Portugal, e em boa medida pelas razões já invocadas das condições particulares em que a sociologia nasceu entre nós, a situação foi até recentemente – e ressaltando o referido texto de José Carlos Ferreira de Almeida (1970) – de total omissão. Porventura devido à primazia dada à abordagem estruturalista e marxista, não foi aproveitado um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas já bastante desenvolvidas nos anos setenta, algumas delas referenciadas por Almeida (1984), como se viu. Os trabalhos de Sérgio Grácio e, em parte, os que ultimamente têm sido conduzidos por Manuel Villaverde Cabral, procuraram colmatar essa lacuna e propor quadros analíticos complementares ou até alternativos.

No estudo atrás mencionado sobre as origens de classe e trajectórias dos estudantes do ensino superior (mas aqui referente a um outro artigo: Costa, *et al.*, 1990), os autores reconheceram a dificuldade de caracterizar os estudantes com base na pertença de classe, dado que a sua inserção socio-profissional está como que suspensa. Contudo, tomaram como unidade de análise a família, colmatando assim alguns problemas de operacionalização. Começaram por constatar uma reprodução efectiva das relações sociais pela análise das classes de origem dos estudantes, onde a burguesia e a pequena-burguesia (sobretudo a técnica e de enquadramento) estavam sobre-representadas. Mas, também assinalaram a presença de estudantes das classes mais desfavorecidas; embora os filhos de operários estivessem francamente em minoria, as suas conclusões parecem enaltecer mais as

improdutivo» até algumas formulações mais recentes sobre o «neoproletariado» dos serviços nas sociedades «pós-industriais» (cf. Esping-Andersen, 1993).

²³ Os textos de John Goldthorpe (1984, 1993) e de Erik Olin Wright (1989) foram os mais marcantes neste domínio, não só por terem formulado os quadros teóricos paradigmáticos em cada uma das correntes (weberiana e marxista), mas também por, no terreno empírico, terem estado na base dos principais programas de investigação à escala internacional.

trajetórias de mobilidade ascendente (48,7%)²⁴. Ora, na nossa opinião, e devido às baixas taxas de escolarização da população portuguesa na faixa de idade dos pais dos estudantes em estudo (dos 40 aos 60 anos nas décadas de 80 e 90), o que é de espantar é a forte reprodução social visível nos dados, o que indiciava, como referiam os autores, o papel crucial das credenciais para a manutenção das posições sociais dos detentores de capital económico e escolar/cultural.

A análise à mobilidade social nos centros urbanos (Almeida *et al.*, 1994) revela-nos alguns aspectos bastante elucidativos da complexidade das mudanças que têm ocorrido na sociedade portuguesa. Números curiosos são, por exemplo, os que indicam 23,4% dos empresários e dirigentes e 36,5% dos empregados executantes como originários da classe operária; ou os cerca de 75% de empresários e dirigentes com uma origem social inferior e somente 25% que se mantêm na classe de origem. Operários e trabalhadores independentes, embora com valores importantes nos fluxos intergeracionais, revelam os mais altos índices de auto-reprodução de classe (55% e 37%, respectivamente). Por outro lado, as taxas referentes aos movimentos de sentido descendente são também assinaláveis: cerca de 45% dos operários originários de escalões superiores (exceptuando o caso discutível dos camponeses que integram os 25,5% originários de «trabalhadores independentes e camponeses») e 18% de empregados executantes com origens sociais nos empresários e dirigentes ou nos profissionais técnicos. Apesar do significado da mobilidade ascendente – para isso contribuindo o rápido aumento dos níveis de escolaridade – as taxas de reprodução intergeracional parecem ser menores dos que os autores esperariam uma vez que afirmam «[...] repare-se que, mesmo no caso dos operários, essa reprodução intergeracional da condição de classe só ocorre em 55% dos casos» (Almeida *et al.*, 1994: 329).

Por outro lado, falar de movimentos de «ascensão» ou de «descida» significa colocar a ênfase na ideia de hierarquização social – no sentido gradual e quantitativo –, uma ideia que as correntes hegemónicas atrás indicadas (Goldthorpe,

²⁴ A classe social dos estudantes foi atribuída a partir da possível inserção socioprofissional e do nível escolar atingido. Tal procedimento implica alguns riscos derivados da acentuada desvalorização dos diplomas, bem como do papel essencial das redes sociais e do capital social e relacional no futuro profissional dos indivíduos.

na linha weberiana, e Erik Wright, na linha marxista), rejeitam abertamente²⁵. Para estes autores, as posições de classe devem ser entendidas numa perspectiva sócio-estrutural, de forma relacional, e os movimentos dos indivíduos entre cada classe (ou localização de classe) como simples deslocações topológicas. Qualquer noção de hierarquia deve, portanto, ser afastada, por empurrar a análise para factores de prestígio ou de *status* e não atender aos factores estruturais que configuram as desigualdades sociais.

Dois dos autores referidos voltaram a abordar a questão da mobilidade social alargando a incidência dos dados a uma amostra representativa da população portuguesa (Machado e Costa, 1998)²⁶. Depois de procederem à análise das transformações estruturais a nível demográfico e socioprofissional, acentuam particularmente o crescimento da escolarização, sobretudo no ensino superior, e o seu impacto provável no peso crescente das categorias profissionais mais qualificadas²⁷. Salientam também a crescente feminização da população activa e a articulação deste fenómeno com o da terciarização. Assim, enquanto o operariado industrial se mantém predominantemente masculino, os empregados executantes do terciário assumem taxas de feminização elevadas. Uma conclusão importante a que chegam é a da existência de dois protagonismos sociais principais: um, empresarial e dirigente, que se caracteriza por ser pouco escolarizado e masculino; outro, composto por profissionais altamente escolarizados, e que é progressivamente feminino. Estas duas vias institucionais privilegiadas (a empresa e a escola) estão dissociadas, o que permite deduzir que a compreensão dos processos de transformação socioprofissional e de mobilidade social em Portugal tem que atender ao impacto da diferença sexual e dos trajectos, projectos e estratégias

²⁵ A este propósito, veja-se a explicação detalhada em Erikson e Goldthorpe (1993: 29-35).

²⁶ Esta amostra da população portuguesa foi a utilizada para o estudo da literacia em Portugal (cf. Benavente *et al.*, 1996).

²⁷ Os autores mostram claramente o crescimento dos estudantes universitários desde a década de 60 até aos anos 90 (Machado e Costa, 1998: 26). Os dados apresentados reportam-se a taxas aparentes de escolarização, o que permite uma comparação efectiva no tempo. Mas as taxas reais de escolarização no ensino superior são bastante menores, e colocam o nosso país ainda distante dos valores dos países mais desenvolvidos. Por exemplo, para a faixa etária dos 18 aos 22 a taxa real de escolarização no ensino superior era, em 1990-1991, de 11,1% (Barreto, 1996: 98). Em 1995, a taxa real de escolarização para o ensino universitário era de 13% para os jovens de 19 anos e de 16% para os jovens de 20 anos. Estes valores eram, nos Estados Unidos, respectivamente de 21 e 23% (OCDE, 1997).

diferenciadas dos dois sexos. Os dados que apresentam para a mobilidade social confirmam a existência de trajectórias muito heterogéneas, com fluxos apreciáveis de mobilidade ascendente e de permanência nos lugares de classe dos pais. O acesso às posições de empresários e dirigentes e de profissionais técnicos e de enquadramento apresenta-se relativamente aberto, indiciando uma forte mobilidade ascendente. Tal confirma também o pouco cruzamento dos dois canais de promoção social atrás identificados. Também as trajectórias descendentes e estacionárias não são desprezíveis, mostrando a complexidade dos processos em análise e a necessidade de atender a um número elevado de factores e condicionantes. Mas, a partir dos dados das diferentes amostras utilizadas por Machado e Costa, pode concluir-se que existem fluxos consideráveis de mobilidade ascendente a par de taxas de reprodução também elevadas.

O problema desta análise é que se atém à descrição das taxas absolutas de mobilidade, as quais, sendo afectadas pelas transformações estruturais e, portanto, pelos valores das distribuições marginais, não permitem aquilatar da existência ou não de uma maior abertura relativa da estrutura social (Grácio, 1997: 64-65). Não conseguimos apreender, pelos dados fornecidos, se estamos perante uma maior igualdade nas oportunidades relativas das diferentes classes sociais. Uma operacionalização adequada aos processos de mobilidade intergeracional terá que anular os efeitos das distribuições marginais, ou seja, neutralizar os efeitos das transformações estruturais ocorridas. Se é forçoso reconhecer a importância das taxas brutas de mobilidade para enquadrar as conclusões, tal não pode, porém, obscurecer o objectivo principal de aferir quanto à aproximação ou não das probabilidades relativas de transição entre as diferentes localizações de classe. A utilização de modelos estatísticos log-lineares tem revelado ser um procedimento eficaz para torneir tal problema (Agresti, 1990; Erikson e Goldthorpe, 1993; Goodman, 1984; Hout, 1989, 1983), na medida em que permite medir a probabilidade relativa de um indivíduo cruzar duas localizações, comparando com todas as outras e controlando estatisticamente o efeito diferenciado das variáveis constrangedoras (a definir pelo analista). Podemos, assim, aquilatar do *feito líquido* de um conjunto de factores sobre as deslocações ou permanências dos indivíduos na estrutura social. Portanto, os estudos da mobilidade social ou das trajectórias de classe em Portugal terão que complexificar os instrumentos metodológi-

cos que permitam avaliar mais minuciosamente os fluxos individuais e as suas tendências.

Outra questão, mais conceptual, deriva da relativa indistinção entre mobilidade escolar e mobilidade social, isto é, da associação constante que os autores fazem entre essas duas dimensões. O autor que melhor tem tentado dilucidar a relação entre escolarização e estrutura socioprofissional é Sérgio Grácio. Partindo do quadro teórico de Raymond Boudon²⁸, mostrou que houve uma deslocação para cima na estrutura social, concomitante com a procura massificada de educação, assistindo-se a uma acentuada desvalorização dos diplomas. Ou seja, para os mesmos lugares na estrutura social, sobretudo os mais valorizados socialmente, são necessárias mais qualificações. As distâncias relativas entre as classes sociais no acesso e nas oportunidades escolares e nas oportunidades de emprego mantêm-se, podendo falar-se de uma forte mobilidade estrutural e absoluta, mas não de taxas de mobilidade social relativas elevadas (Grácio, 1986: 139-144; 1992: 228-238 e 1994: 71-75, 87-89)²⁹.

É interessante constatar que esta posição analítica mais «pessimista», de procura desencantada de graus escolares, como lhe chama Sérgio Grácio, e de manutenção relativa das distâncias sociais, seja defendida e fundamentada por autores que se situam explicitamente no campo teórico da estratificação social e da perspectiva weberiana. Também Manuel Villaverde Cabral (1997a: 52-54), que trabalha teórica e empiricamente com o conceito de *status* social, ao comparar a classe subjectiva dos inquiridos com o seu estatuto sócio-económico objectivo e com a ocupação profissional dos pais, conclui que a vontade dos portugueses de se situarem como membros da classe média deriva da fraca privação

²⁸ No seu artigo sobre a mobilidade social (Grácio, 1997: 62) o autor aponta para a confirmação empírica do modelo de Raymond Boudon em diversos estudos, concluindo que «[...] A importância crescente da educação escolar pode com efeito considerar-se um factor de primeiro plano, senão mesmo o principal factor, que poderia gerar mais fluidez social nas nossas sociedades. Ora em qualquer arco temporal abarcado [pelos estudos recenseados pelo autor] [...] estão incluídos fenómenos de expansão escolar que, tal como em Boudon, não tem as consequências esperadas.»

²⁹ Sérgio Grácio concluiu, depois de analisar os resultados de um inquérito de 1993 a uma amostra representativa dos alunos dos primeiros anos do ensino superior em Lisboa, que as escolhas dos alunos e das famílias quanto ao ensino superior dependiam mais de variáveis ligadas ao estatuto social, sobretudo o sexo dos inquiridos, e ao aproveitamento escolar do que a variáveis ligadas ao mercado de trabalho. O que não implica que estas últimas não tenham também a sua importância, sobretudo na escolha de área nos 10^o e 11^o anos (1994: 88).

relativa sentida pela população. Essa *medianização* da sociedade portuguesa, apesar de ser em parte ilusória, contribuiu para a integração social, visto que, segundo o autor, as distâncias relativas entre os estratos sócio-económicos se mantiveram idênticas e a redistribuição da riqueza foi praticamente nula³⁰, a percepção subjectiva de mobilidade ascendente por parte dos inquiridos não teria base real de sustentação.

Comparando as análises de João Ferreira de Almeida, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa com as de Sérgio Grácio e Manuel Villaverde Cabral quanto à mobilidade social em Portugal, duas imagens contrastantes podemos fixar. Os primeiros, apesar de salientarem o peso da reprodução social e das trajectórias descendentes, apresentam uma imagem positiva e de relativa democratização. Para os segundos, a mobilidade é ilusória e a imagem que dão é globalmente negativa e de pouca abertura da estrutura social. Resultados tão díspares justificariam, a nosso ver, um maior aprofundamento do diálogo entre ambas as abordagens, no sentido de daí se retirarem as necessárias conclusões científicas (e, porventura, políticas e ideológicas).

O certo é que a tipologia de classes criada por João Ferreira de Almeida e a sua equipa tem sido aplicada praticamente a todos os estudos sobre a estrutura social portuguesa e sobre as trajectórias de classe. Contudo, achamos que esta tipologia, e isto especificamente para os estudos sobre as trajectórias de classe e a mobilidade social, se apresenta como demasiado idiossincrática, não permitindo comparações com os resultados existentes para outros países. Um exemplo das dificuldades que coloca essa tipologia pode ser visto no estudo de Maria Dulce Magalhães (1994) sobre as classes sociais e as trajectórias intergeracionais da população da Área Metropolitana do Porto. Como reconheceu a autora, houve uma grande dificuldade na hierarquização das diferentes fracções de classe (Magalhães, 1994: 191). Por outro lado, a tipologia apoia-se numa grande heterogeneidade de critérios e dá lugar a um grande número de fracções de classe³¹, obrigando à redução da análise da mobilidade às

³⁰ Antes, no artigo citado, o autor já tinha demonstrado a fraca mobilidade geoprofissional da população portuguesa, com 36% da população sem qualquer mobilidade (1997a: 48-49).

³¹ Por exemplo, a pequena-burguesia engloba tanto simples empregados executantes como camponeses e trabalhadores por conta-própria, profissionais liberais e técnicos de enquadramento. Que movimentos, de quais e para quais

três classes tradicionais (burguesia, pequena-burguesia, operariado)³².

Mas, o que surpreende em todos os estudos referidos atrás é a invisibilidade analítica dos efeitos da diferença sexual na mobilidade social. A utilização da família como unidade de análise, no caso da tipologia criada por João Ferreira de Almeida e sua equipa, esconde as trajectórias individuais, sobretudo as das mulheres. Contudo, é nas correntes weberianas que é mais habitual o «esquecimento» das mulheres nos estudos de mobilidade³³. Mesmo um autor como Manuel Villaverde Cabral, quando confrontado com dados inesperados no seu estudo sobre as atitudes dos portugueses em relação ao desenvolvimento, sentiu necessidade de analisar os resultados para as mulheres de forma autónoma (Cabral, 1997b), mas quanto à mobilidade social não distingue os processos e trajectórias de homens e mulheres. Esta invisibilidade analítica não é compreensível, pois, como bem salientam António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1997), as transformações mais notáveis da estrutura socioprofissional em Portugal estão associadas à crescente feminização da população activa, a qual se inscreve também na terciarização da economia e na – esta sim crescentemente esmagadora – feminização do ensino superior. Aliás, a bibliografia sobre a posição socioeconómica da mulher em Portugal é já bastante extensa e relevante tanto a nível teórico como empírico³⁴.

fracções de classe, são mobilidade ascendente ou descendente? Numa mesma classe estão fracções com predominância de capital escolar, outras com predominância de capital económico.

³² Tais problemas não impedem a autora citada de concluir por uma maior permeabilidade da estrutura social portuguesa e pela concretização de projectos sociais ascendentes, sobretudo através de duas vias: a escola e a empresa (Magalhães, 1994: 214-215). A autora adverte, contudo, que o efeito da escola não é directo e imediato. O conceito que utiliza, por vezes de forma demasiadamente automática, é o de *habitus*, para justificar possíveis imobilismos e cristalizações de hábitos.

³³ Veja-se o aceso debate na Grã-Bretanha a este propósito que originou o texto de John Goldthorpe em justificação dessa opção metodológica (1983; 1984). Para as críticas que se seguiram, cf. Heath e Britten, 1984; Walby, 1988; Crompton, 1989.

³⁴ Não pretendendo ser exaustivos, podemos indicar as seguintes referências: para a posição da mulher portuguesa no contexto da União Europeia, Silva e Perista, 1995; sobre a situação da mulher em Portugal, com grande número de indicadores, CIDM, 1995; sobre as mulheres no ensino superior, Morais e Carvalho, 1993; para um levantamento alargado dos problemas e dos estudos sobre mulheres em Portugal, Vicente, 1998; para os estudos da relação das mulheres com o mercado de trabalho e o emprego, Moltó *et al.*, 1997 e Lopes e Perista, 1996; para uma análise crítica e perspicaz sobre as mulheres em Portugal, Ferreira, 1998; para o enquadramento internacional da situação

Contudo, existem algumas boas monografias que nos restituem a complexidade das redes, trajectórias e processos de relacionamento dos dois sexos, nomeadamente a de Maria das Dores Guerreiro sobre as famílias na actividade empresarial (1996) e a de Ana Nunes de Almeida sobre famílias operárias do Barreiro (1993). Ambas as autoras concluem pela presença de trajectórias predominantes de reprodução social, mas com articulações e percursos complexos. Interessante é que, quando analisam as trajectórias e procuram dar conta da maior ou menor mobilidade dos indivíduos inquiridos, fazem-no de forma agregada, não reflectindo as diferenças consoante o sexo. Só nos quadros que caracterizam as famílias de origem é que são apresentados dados separados para os pais e mães dos inquiridos³⁵.

A obrigatoriedade teórica e metodológica de ter em conta o efeito da diferença sexual na estruturação de processos de mobilidade social ficou patente no estudo por nós efectuado sobre uma amostra representativa da população activa portuguesa (Estanque e Mendes, 1998, sobretudo capítulo 5, e Mendes, 1997). Com efeito, os dados agregados para os dois sexos quanto à mobilidade líquida, isto é, controlando para os efeitos de estrutura, mostravam uma grande impermeabilidade aos movimentos dos indivíduos na dimensão das credenciais, uma permeabilidade relativa na dimensão da autoridade e uma abertura quase total na dimensão da propriedade. Estes dados já contrariavam a frequente acentuação do papel da escolarização no aumento das probabilidades individuais de mobilidade social³⁶.

das mulheres portuguesas quanto à mobilidade e à cidadania, ver o conjunto de textos reunidos em Ferreira *et al.*, 1998.

³⁵ Essa atenção dada sobretudo aos homens e a não desagregação sexual dos dados sobre mobilidade poderá relacionar-se com o facto de as autoras terem estudado populações fortemente masculinizadas. Para um estudo mais recente sobre os novos empresários, em que se detectou uma forte mobilidade social mas com percursos matrimoniais homogâmicos, ver Almeida *et al.* (1997). Também estes últimos autores não especificam a mobilidade social de homens e mulheres.

³⁶ Interessante é referir as diferenças geracionais detectadas para os dados agregados pelos dois sexos. Nos inquiridos com mais de 45 anos, nenhuma das dimensões definidas – propriedade, autoridade e credenciais – constituía obstáculos à mobilidade dos indivíduos. Nos que tinham entre 35 e 45 anos, a propriedade e a autoridade mostravam-se com graus significativos de impermeabilidade e como factores obstacularizadores da mobilidade dos indivíduos. Nos que tinham menos de 35 anos, só as credenciais emergiram como factor significativo para a deslocação dos inquiridos na estrutura social. Para estes últimos, o feito da desvalorização dos diplomas tornou-se bastante importante.

Os dados mais surpreendentes, sobretudo quando comparados com os de outros países, surgiram quando analisámos separadamente a mobilidade para os dois sexos. Enquanto para os homens a estrutura era rígida nas três dimensões utilizadas (propriedade, credenciais escolares e autoridade), no caso das mulheres, a estrutura social apresentava-se totalmente permeável. Para os homens, a melhoria das oportunidades sociais exigia uma luta significativa, sobretudo na dimensão das credenciais, ou seja, os que vinham de famílias com forte capital escolar conseguiam reproduzir as suas posições sociais, enquanto os outros muito dificilmente fugiriam aos lugares do proletariado. Para as mulheres, a origem de classe não era nem a garantia de um futuro assegurado nem uma fatalidade incontornável, ou, dito de outro modo, o seu «destino» não se traduzia automaticamente numa situação privilegiada, encontrando-se elas, antes, numa posição mais incerta, aberta e desafiadora. O certo é que, sem a escola, e independentemente da família de origem, só excepcionalmente as mulheres conseguiriam aceder a uma posição social mais confortável. Comparando com os estudos citados atrás, poderemos, pois, dizer que a via institucional da escola apenas no caso das mulheres se apresenta como factor significativo para a mobilidade social. Para os homens dotados de alguns recursos na família de origem (capital económico, escolar e organizativo), serão mais elevadas as probabilidades de reprodução classista. Quanto aos mais desapossados, esperam-nos obstáculos quase incontornáveis e é bastante escassa a probabilidade de fugirem das posições sociais menos gratificantes em que se encontravam à partida. Para os dois sexos, as trajectórias intrageracionais não serão desprezíveis, podendo estas atenuar as fortes tendências homogâmicas verificadas em Portugal (Estanque e Mendes, 1998, capítulo 5; Almeida *et al.*, 1997). Cabe-nos, enfim, constatar que a diferenciação sexual na análise da mobilidade social projecta imagens diferenciadas quanto ao grau de abertura e equidade da estrutura social portuguesa.

5. Conclusão

Os trabalhos que acabámos de mencionar revelaram-se referências fundamentais para a sociologia portuguesa e, de um modo geral, para o conhecimento das principais linhas de mudança ocorridas no país nas últimas três décadas. Mas, dito isto, importa acrescentar que boa parte dos desenvolvi-

mentos teóricos mais recentes na área das classes e da estratificação – incluindo abordagens que têm vindo a proceder a reformulações e reactualizações das tradições marxista e weberiana³⁷, revitalizando e reforçando a capacidade de análise das novas formas de desigualdade e exclusão que o capitalismo continua a recriar – têm estado bastante arredados da maioria das pesquisas portuguesas. Por vezes, transparece nestas um optimismo que cremos algo exagerado acerca da abertura do sistema e das oportunidades que oferece às classes baixas e seus descendentes.

Os diversos estudos e programas de pesquisa que têm aparecido em Portugal na última década em torno de fenómenos e problemas sociais tão candentes como, nomeadamente, a exclusão e a segregação étnica, a pobreza, a toxicodependência, parecem-nos por vezes revestidos de um acentuado descritivismo e, em alguns casos, prestam-se a uma instrumentalização institucional por parte do poder. Ora, pensamos nós que a análise de classes e a tradição que tem atrás de si deverá assumir maiores responsabilidades neste plano. Não sendo possível nem desejável regressar aos tempos do dogmatismo ideológico de recorte marxista, acreditamos, todavia, que os modelos teóricos tributários do pensamento de Marx e orientados para a compreensão das tendências emergentes no actual cenário dito de «globalização», uma vez libertos dos velhos dogmas doutrinários, se encontram agora em melhores condições para «reinventar» a teoria crítica, teoria que – convirá sublinhar – perante a realidade presente está longe de se revelar anacrónica. As teorias das classes (neomarxista e neoweberiana) e outras que a elas se mantêm estreitamente ligadas continuam a mostrar potencialidades para identificar conexões entre questões tão diversificadas como a estrutura produtiva e as situações de desemprego e pobreza, entre as classes e outras formas de desigualdade e discriminação, entre as estruturas sociais e os contextos de estruturação identitária, entre as «oportunidades de mercado» e a exploração, entre as instituições e os movimentos sociais ou entre as classes e as «subclasses».

³⁷ Veja-se, entre outros: Wright *et al.*, 1992; Eder, 1993; Ray, 1993; Crompton, 1993 e 1997; Esping-Andersen, 1993; Hout *et al.*, 1993; Morris, 1994; Roemer, 1994; Butler e Savage, 1995; Maheu, 1995; Laclau, 1996; Wright, 1996 e 1997; Marshall, 1997; England, 1997.

Referências Bibliográficas

194

- Agresti, Alan 1990 *Categorical Data Analysis*. New York: Wiley.
- Almeida, Ana Nunes de 1993 *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de *et al.* 1997 «Destinos cruzados: estruturas e processos da homoga-mia», *Análise Social*, 143/144, 875-898.
- Almeida, João Ferreira de 1981 «Alguns problemas de teoria das classes sociais», *Análise Social* 66, 231-251 (também publicado in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8, 361-388).
- Almeida, João Ferreira de 1984 «Temas e conceitos da estratificação social», *Análise Social*, 81/82, 167-190.
- Almeida, João Ferreira de 1986 *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: ICS.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* 1988 «Famílias, estudantes e universidade – painéis de observa-ção sociológica», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* 1990 «Famílias, estudantes e universidade: painéis de observa-ção sociográfica», in *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século - Actas do I Congresso de Sociologia*, 1º vol. Lisboa: Editorial Fragmentos, 129-150.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* 1994 «Recomposição socioprofissional e novos protagonismos», in António Reis (org.) *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.
- Almeida, José Carlos Ferreira de 1970 «Mobilidade e posições sociais», *Análise Social*, 29, 5-21.
- Aronowitz, Stanley 1992 *The Politics of Identity, Class, Culture, Social Movements*. London: Routledge.
- Barreto, António (org.) 1996 *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Beck, Ulrich 1992 *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Benavente, Ana *et al.* 1996 *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa exten-siva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Bourdieu, Pierre 1979 *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Butler, Tim; Savage, Mike (orgs.) 1995 *Social Change and the Middle Classes*. London: UCL Press.
- Cabral, Manuel Villaverde 1997 *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde 1997a «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvi-mento», in *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta, 43-78.
- Cabral, Manuel Villaverde 1997b «Aspectos da condição feminina em Portugal», in *Cidada-nia política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta, 79-97.
- CIDM 1995 *Portugal – Situação das mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Costa, António Firmino da 1987 «Novos contributos para velhas questões da teoria das classes», *Análise Social*, 98, 635-686.
- Costa, António Firmino da *et al.* 1990 «Estudantes e amigos — Trajectórias de classe e redes de sociabilidade», *Análise Social*, 105/106, 193-221.
- Crompton, Rosemary 1989 «Class Theory and Gender», *British Journal of Sociology*, 40(4), 565-587.
- Crompton, Rosemary 1997 «Diferença sexual e análise das classes», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 23-43.
- Eder, Klaus 1993 *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage.
- Elster, Jon; Karl O. Moene (orgs.) 1989 *Alternatives to Capitalism*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Erikson, Erik; Goldthorpe, John 1993 *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press.
- Esping-Andersen, Gøsta 1993 *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. London: Sage/ISA.
- Estanque, Elísio 1997 «As classes sociais na sociedade portuguesa: um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 93-126.
- Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel 1998 *Classes e desigualdades sociais em Portugal — um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Ferrão, João 1982 «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)», *Finisterra*, 34, 223-265.
- Ferrão, João 1985 «Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-1981)», *Análise Social* 87/88/89, 565-604.
- Ferrão, João 1990 «As fragilidades do processo de modernização social», in António Reis (org.), *Portugal Contemporâneo*, vol. VI. Lisboa: Publicações Alfa.
- Ferreira, J. M. Carvalho *et al.* 1995 *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Ferreira, Virgínia 1998 «As mulheres em Portugal: situação e paradoxos», *Oficina do CES*, 119.
- Ferreira, Virgínia Carvalho *et al.* 1998 *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility And Citizenship in Europe*. Oeiras: Celta.
- Freitas, Eduardo de 1973 «Sobre a polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970», *Análise Social*, 38.
- Freitas, Eduardo de *et al.* 1976 *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura — Estruturas agrárias em Portugal Continental (1950-1970)*. Lisboa: Presença.
- Gaspar, Jorge 1987 *Ocupação e organização do espaço. Retrospectiva e tendências — Portugal. Os próximos 20 anos*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goodman, Leo 1984 *The Analysis of Cross-Classified Data Having Ordered Categories*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Goldthorpe, John 1980 *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.

- Goldthorpe, John 1983 «Women and Class Analysis: in Defense of the Conventional View», *Sociology*, 17(4), 159-170.
- Goldthorpe, John 1984 «Women and Class Analysis: A Reply to the Replies», *Sociology*, 18(4), 491-499.
- Grácio, Sérgio 1986 *Política educativa como tecnologia social. As reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grácio, Sérgio 1992 *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento).
- Grácio, Sérgio 1994 «Procura de ensino superior pelos estudantes» in José Mariano Gago (org.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- Grácio, Sérgio 1997 «A mobilidade social revisitada», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, 45-69.
- Guerra, J. P. Miller; 1969 «A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões», *Análise Social*, 25/26, 5-49.
- Nunes, Adérito Sedas
- Guerreiro, Maria 1996 *Famílias na actividade empresarial. PMEs em Portugal*. Oeiras: Celta.
- das Dores
- Heath, Anthony; 1984 «Women's Jobs Do Make a Difference», *Sociology*, 18(4), 475-490.
- Britten, N.
- Heimer, 1990 «Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia», *Análise Social*, 105/106, 31-56.
- Franz-Wilhelm *et al.*
- Hout, Michel 1983 *Mobility Tables*. Beverly Hills: Sage.
- Hout, Michel 1989 *Following in Father's Footsteps: Social Mobility in Ireland*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hout, Mike *et al.* 1993 «The Persistence of Classes in Post-Industrial Societies», *International Sociology*, 8(3), 259-277.
- Laclau, Ernesto 1996 *Emancipation(s)*. London: Verso.
- Lopes, Margarida 1996 *Tendências e perspectivas para o emprego feminino nos anos 90*. Relatório final para Portugal da Rede de Peritos sobre a Posição das Mulheres no Mercado de Trabalho. Lisboa: Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa.
- Chagas;
- Perista, Heloísa
- Machado, Fernando 1989 «Identidades e orientações dos estudantes – classes, convergências, especificidades», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 189-209.
- Lúis *et al.*
- Machado, Fernando 1998 «Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social», in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras: Celta, 17-44.
- Lúis; Costa,
- António Firmino da
- Magalhães, 1994 «Classes sociais e trajectórias intergeracionais», *Sociologia*, 4, 173-217
- Dulce Maria
- Maheu, Louis 1995 *Social Movements and Social Classes*. London: Sage.
- Marques, António; 1982 «As classes na população activa portuguesa», *Análise Social*, 72/73/74, 1279-1297.
- Bairrada, Mário
- Marshall, Gordon 1997 *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*. London: Sage.

- Martins, Hermínio 1998 *Classes, 'status' e poder*. Lisboa: ICS/ Imprensa de Ciências Sociais [1971].
- Mendes, José Manuel 1997 «Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 127-156.
- Miranda, J. David 1969 «A população universitária portuguesa: um confronto da sua composição social», *Análise Social*, 25/26, 158-182.
- Moltó, Maria Luísa et al. 1997 «Overview of Literature: Southern Languages Area» in Janneke Plantenga; Jill Rubery, *State of the Art Review on Women and the Labour Market*. Utrecht: Institute of Economics.
- Morais, Maria Mantero; Carvalho, José Eduardo 1993 *A presença das mulheres no ensino superior em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Morris, Lydia 1994 *Dangerous Classes – The Underclass and Social Citizenship*. London: Routledge.
- Mozzicafreddo, Juan 1981 «Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, 5-46.
- Nunes, Adérito Sedas 1968a «A população universitária: uma análise preliminar», *Análise Social*, 22/23/24, 295-385.
- Nunes, Adérito Sedas 1968b «O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento», *Análise Social*, 22/23/24, 386-469.
- Nunes, Adérito Sedas; Miranda, David 1969 «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social*, 27/28.
- OCDE 1997 *Education at a Glance 1997 – OECD Indicators*. Paris: OCDE.
- Pakulsky, Jan; Waters, Malcolm 1996 *The Death of Class*. London: Sage.
- Poulantzas, Nicos 1975 *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ray, Larry J. 1993 *Rethinking Critical Theory: Emancipation in the Age of Global Social Movements*. London: Sage.
- Reis, António (org.) 1994 *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Roemer, John 1982 *A General Theory of Exploitation and Class*. London/ Harvard: Harvard University Press.
- Roemer, John 1994 *A Future for Socialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Silva, Manuela; Perista, Heloísa 1995 *As portuguesas e a União Europeia. Prospectiva para a acção*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Sousa, A. Teixeira de; Freitas, Eduardo de Vicente, Ana 1973 «Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal», *Análise Social*, 38, 306-339.
- 1998 *As mulheres em Portugal na transição do milénio. Valores, vivências, poderes nas relações sociais entre os dois sexos*. Lisboa: Multinova.

- Walby, Sylvia 1988 «Gender Politics and Social Theory», *Sociology*, 22(2), 215-232.
- Wright, Erik Olin 1979 *Class, Crisis and the State*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin 1985 *Classes*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin *et al.* 1992 *Reconstructing Marxism*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin (org.) 1996 *Equal Shares: Making Market Socialism Work*. London: Verso.
- Wright, Erik Olin 1997 *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Erik Olin 1998 Prefácio a Estanque/Mendes, 1998.